

## O UNICÓRNIO AZUL \*

*Luiz Augusto Estrella Faria\*\**

Talvez um dos momentos mais altos do movimento musical Nova Trova Cubana seja a composição em que Silvio Rodriguez constrói um lamento em torno da desapareição da figura mítica de um unicórnio azul. Desesperado pela perda, o cantor lembra a amizade que forjara com esse ser bizarro. Como na canção, todos nós brasileiros estamos a lamentar a perda de momentos de convivência amistosa com seres bizarros. Só que os nossos "amigos" não se assemelham ao doce personagem da trova. Confundidos por nossa ingenuidade que aceitou seu convívio, esquecemos de prestar atenção a quem nos denunciava sua peçonha venenosa.

Juscelino Kubitschek acostumou-nos a gostar da inflação e da dívida externa (com menos ênfase, muito antes dele outros já incursionaram nesse caminho). Após uma crise da amizade do Brasil com essas duas senhoras, os militares reconduziram-nos ao bom relacionamento. No final dos anos 70, a relação começou a se tornar conflitiva. Os mesmos militares, e seu aliados de terno e gravata, posteriormente substituídos pelo senhor José Sarney, tentaram fazer-nos aceitar a companhia permanente desses seres.

O ano de 1986 viu o conflito escancarar-se e tornou irreconciliável a relação. O Plano Cruzado tentou o divórcio com uma delas, sendo inviabilizado pela permanência da outra. A separação momentânea desta, proposta por Dilson Funaro através da moratória, fracassou, e ficamos na perplexidade de ter que admitir que a amizade era, além de impossível, equivocada. Todavia dela não nos afastávamos. Se o unicórnio de Silvio Rodriguez "con su cuerno de añil pescava una canción", e "saberla compartir era su vocación", as nossas amizades parasitam a Nação, pescam nossa riqueza e nada compartilham, deixando um legado de estagnação, empobrecimento e desemprego.

Diante desse quadro, o pensamento econômico brasileiro, que majoritariamente viu com benevolência essas amizades esdrúxulas, mostra-se incapaz de propor alternativas inovadoras que apontem para um novo padrão de desenvolvimento e de regulação de nossa economia, que dispense a presença dessas duas figuras terríveis.

---

\* Agradeço à Paula Xavier uma sugestão a propósito.

\*\* Economista da FEE e Professor da UNISINOS.

No momento atual, o debate está ocupado pela temática liberal, que vê a inflação como resultado de um excesso de presença do Estado na economia (já veremos que, a rigor, o Estado não precisava existir para termos inflação). Esses mesmos liberais **nada** têm a dizer sobre a dívida externa, pois costumam pensar que as "leis" do mercado e os contratos baseados nelas precedem até a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O quadro fica mais grave quando vemos muitos colegas nossos, formados na tradição estruturalista e na crítica à forma subordinada com que o Brasil se insere no contexto da economia mundial, capitularem diante do credo liberal-conservador, propondo um tratamento tradicional à relação "deficit" público e inflação.

O programa de pesquisa sobre inflação mais promissor procura dar conta dos aspectos monetários e de formação dos preços do fenômeno. No caso brasileiro, creio ser necessário acrescentar a forma como o Estado participa do processo de financiamento da economia para chegar-se à elucidação do problema.

Desde meados dos anos 70, um conjunto de pesquisadores franceses debruçou-se sobre a temática da crise e da inflação e construiu uma abordagem nova, a Regulação. Dentre os autores dessa escola, forjou-se uma interpretação da gestão da moeda como sendo uma das formas institucionais da estrutura que compõem o conjunto de redes reguladoras que garantem estabilidade a um dado regime de acumulação. Como os outros aspectos do modo de regulação, encarrega-se de resolver contradições produzidas pelo próprio funcionamento da economia capitalista. É a contradição entre produção e realização que se soluciona no regime monetário atual através da inflação. Como disse Alain Lipietz (1983), "(...) é a inflação que regula a contradição".

No plano abstrato mais geral, a regulação da economia capitalista é realizada pela lei do valor, que propicia a alocação de capital e trabalho nos diferentes ramos de produção nas quantidades necessárias para o funcionamento reprodutivo do sistema. O resultado disso é um conjunto de preços que correspondem aos valores em termos de tempo de trabalho socialmente necessário e um total de rendimentos distribuídos aos agentes econômicos que é igual ao valor agregado em valor (o trabalho vivo de Marx).

O atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista é regulado, no aspecto que nos toca, pela moeda-crédito. Isto é, a oferta de moeda é composta por depósitos bancários, ficando o papel-moeda do Banco Central com uma função secundária; e seu volume é dado pela demanda de crédito da economia (a oferta é, portanto, endógena). Como o crédito é distribuído na forma de vários tipos de rendimentos **antes** que a produção se complete e seja realizada e, por outro lado, possibilita a realização de **toda** a produção, seja de bens de produção, seja de consu-

mo final, os rendimentos podem não corresponder ao valor criado, bem como as receitas às vendas da produção. A contradição entre produção e realização desloca-se do momento da venda dos produtos (há mercado para os bens, os trabalhadores recebem salários, as empresas auferem lucros) para o momento seguinte, quando os agentes se dão conta de que o poder de compra de sua renda não é o esperado. A expansão do crédito permitiu que os preços subissem fazendo o ajuste entre produção e volume de rendimentos.<sup>1</sup>

Essa forma de regulação foi implantada no Brasil também, o que é responsável pela constância da inflação entre nós, que há várias décadas não desce dos 20% ao ano. No caso brasileiro, há peculiaridades que precisam ser compreendidas para que entendamos o processo. A especificidade em nosso meio está ligada à forma como o Estado se articula com o sistema financeiro e acaba sendo o responsável pela emissão de moeda-crédito em nossa economia.

Desde os primeiros impulsos mais vigorosos da industrialização, o financiamento contou com a presença decisiva do Estado, através da emissão e do crédito dos bancos estatais. Na segunda metade dos anos 60, completou-se o processo de institucionalização dessa forma de regulação, com a criação do Banco Central e a constituição de um controle de liquidez através do mercado de títulos da dívida pública.

O envolvimento do aparelho de Estado com o desempenho da economia, no entanto, mudou completamente o caráter dos instrumentos de política monetária criados. Por causa do papel de principal financiador, a colocação de títulos públicos no mercado passa a responder à necessidade de crédito da economia, pois o lastro das operações de financiamento são os papéis do Governo nas carteiras dos bancos. Assim, de controladora de liquidez, essa operação passa a ser criadora de liquidez.

O outro grande recurso de financiamento foi a tomada de empréstimo em moeda estrangeira. Num primeiro momento, essas operações reduziram a pressão sobre o setor público. No entanto, tão logo o endividamento externo se mostra excessivo, o ônus recai sobre o Estado, que assume o risco cambial, além de se tornar comprador de dólares dos exportadores para fazer frente aos serviços da dívida, numa transação que acaba por aumentar a dívida interna.

O resultado disso foi uma expansão descontrolada da oferta de moeda-crédito lastreada em títulos da dívida pública, até um ponto em que

---

<sup>1</sup> A moeda-crédito está combinada com outras formas institucionais da estrutura, a relação salarial e o padrão de concorrência, que estabelecem as regras de formação dos preços nominais e salários. Resulta que tenham um comportamento tendencialmente crescente e com "rigidez para baixo" e que reajam à crise acelerando sua velocidade de crescimento.

se torna autônoma, em movimento puramente especulativo-financeiro. Essa expansão monetária é condição permissiva para que as empresas reajam diante da crise e da estagnação do crescimento, lançando mão do instrumento de flexibilização das margens para compensar a queda da lucratividade, forçando as altas de preços, que passam a ser perseguidas pelos outros setores da sociedade, pequenos produtores, comerciantes e trabalhadores, que tentam manter sua posição na distribuição da renda. A tentativa destes, descobriu o IBGE, foi fracassada, tendo persistido a tendência à concentração da renda no País até hoje.

Ao longo desse processo, acabou por se criar na economia brasileira uma dualidade monetária. Uma parcela dos ativos monetários preserva seu valor real, na forma de depósitos remunerados lastreados em títulos públicos (nominalmente crescem, portanto), que funcionam como depósitos à vista, na prática. O acesso a essa moeda está restrito às camadas de maior renda da população. Para os restantes, sobra o cruzado, perdendo valor diariamente.

A oferta da moeda-crédito, se era resultado da demanda de crédito da economia, a partir do comprometimento do setor público no processo, passa a responder à demanda de crédito do Estado, que é função das necessidades de financiar os serviços das dívidas interna e externa. Esse é o nó da questão que está por ser desatado.

Durante o mês de dezembro, os dois mais importantes partidos políticos brasileiros, PT e PMDB, divulgaram, primeiro o PT e depois o PMDB, propostas para solução da crise brasileira, em que reconhecem que o centro da questão está na redução do custo da dívida externa e da dívida interna para aliviar a pressão inflacionária e depressiva sobre a economia brasileira. É, sem sombra de dúvida, um sinal positivo. A lamentar, no entanto, que os eleitores desses partidos ainda não sentem ao redor das mesas onde se decide a política econômica do País e onde se forma o pensamento de nossas elites empresariais, para tentar assoprar o mofo que embolora as idéias conservadoras que seguem presidindo os destinos da Nação. Talvez, assim, conquistemos a verdadeira amizade de um unicórnio azul.

## Bibliografia

- FARIA, Luiz Augusto Estrella (1988). La inflación brasileña y el dinero crediticio. In: CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE LA TEORIA DE LA REGACIÓN, Barcelona.
- LIPIETZ, Alain (1983). **Le monde enchanté**; de la valeur à l'envol inflationniste. Paris, La Découverte/Maspero.